

feito por ti, que tens a experiência da « Reforma » e do « Diário Oficial » e relações tipográficas. Infelizmente não tenho os meios de fundar um jornal no Rio para a propaganda das nossas idéias, mas desejo ter perfeito conhecimento das dificuldades materiais da empresa, para o caso de voltar eu ao Brasil. Estou muito saudososo da nossa terra, e essa nostalgia é para mim o *menor* sinal de que *devo* dedicar todos os meus esforços ao serviço do progresso e do adiantamento moral do Brasil por ser essa a única satisfação cheia e completa para mim. Nunca tive um dia de tristeza quando estava aí com vocês! Hoje não me ocupo senão de estudos, de emancipação e dos estudos econômicos relacionados com êsses, mas estou longe, e tenho grande nostalgia da luta pelo bem no meio dos meus compatriotas. Não quero enriquecer, como tu sabes, e ganho muito pouco (isso entre nós como deve ficar quanto te escrevo confidencialmente), o meu sonho é ter no Brasil uma vida *independente para a ação política*. Essa só posso ter na imprensa, ou na advocacia — e neste momento tanto numa como noutra o problema parece-me insolúvel. Se não o fôra eu não teria deixado passar um ano sem voltar ao Brasil. A ausência me pesa e hoje praticamente é para mim um destêrro forçado. Recomenda-me muito aos nossos amigos, não esquecendo o José Avelino (1) — de quem não tenho notícias. Abraça-te com viva saudade o

teu amigo certo

JOAQUIM NABUCO.

### *Ao conselheiro José Antônio Saraiva*

*Chefe do partido Liberal, havia sido presidente do Conselho em 1879 e o seria de novo em 1885. Nabuco, jovem deputado do mesmo partido, fizera-lhe opposição em vários pontos, principalmente ao introduzir medidas contra a escravidão.*

---

(1) José Avelino Gurgel do Amaral, brilhante jornalista, deputado no Império e na Constituinte.

Londres, 28 de novembro de 1882.

Exmo. Amigo e Snr. Senador Saraiva,

As poucas palavras que a nossa amiga dona Maria da Conceição (1) forçou V. Exa. a escrever-me numa carta dela foram-me muito agradáveis apesar da irresistível pressão feminina que as arrancou de V. Exa. como as teria arrancado do meu maior inimigo no caso de achar-se tão desprevenido e sem meios de defesa como V. Exa. se achou no salão da rua do Guanabara onde teve lugar a coerção. Agradeço entretanto a V. Exa. os bons desejos que me manifesta, porque êsses, estou certo, ninguém teria podido forçá-lo a nutrir, e não preciso da circunstância de ser esta carta uma resposta àqueles para dizer-lhe que, como brasileiro e admirador do seu elevado caráter público, faço votos para que nada o impeça por largos anos de figurar na primeira linha da nossa política e quer no Governo quer na Oposição no seu primeiro pôsto. Por circunstâncias muito especiais V. Exa. subiu *na opinião* entre nós a uma posição tão alta que é única, e à qual só posso comparar, se as minhas impressões de mocidade não representam uma grande ilusão, a posição a que, em certa época da sua vida, chegou Teófilo Ottoni, não *na opinião*, mas *na popularidade* se me faço entender. De Cavour por exemplo eu diria que êle era o primeiro homem na opinião da Itália, e de Garibaldi que o era no entusiástico amor do povo. A semelhança entre essas duas reputações consiste sobretudo na sua universalidade, sendo V. Exa. hoje, como o foi Teófilo Ottoni, por assim dizer um filho de cada provincia, um nome tão altamente apreciado num ponto qualquer do país como no resto. Não há dúvida alguma que êsse prestígio em V. Exa. foi um crescimento e um crescimento no poder e não na Oposição — e que é devido à execução da última reforma, mas somente em parte — sendo antes explicável pela pureza e desinterêsse de sua vida, firmeza das suas resoluções, dignidade do seu caráter e pelo desprezo que como os homens de outra época V. Exa., sem ostentá-lo, deixa trans-

---

(1) Maria da Conceição Andrade Pinto.

parecer por tôdas as miseráveis ambições, cobiças e ganâncias, por tôdas as honrarias e distinções, baixezas e servilismos, a que infelizmente a maior parte dos nossos políticos não sabem mostrar-se superiores.

Desculpe-me, meu caro Snr. Conselheiro, ter assim investigado à sua face as causas do seu grande prestígio. V. Exa. sabe muito bem que eu o não faria sem um motivo suficiente, e este é o assunto desta carta.

Uma vez disse eu na Câmara, estando V. Exa. presente: « Depois de vencida a sua campanha, e votada a sua lei, depois de haver dotado o país com o govêrno representativo, se receber da nação, fiada' no seu caráter, na sinceridade das suas convicções, na pureza dos seus motivos e no patriotismo das suas intenções, a missão de presidir por mais tempo o gabinete; se S. Exa. ocupar êsse pôsto por alguns poucos anos, há de ser mesmo da sua bôca, senhores, que eu hei de ouvir ler nesta Câmara, sentado S. Exa. naquela cadeira, como representante do poder executivo, a proposta de lei que marque um têrmo à escravidão no Brasil ».

Essa missão V. Exa. a recebeu, mas por motivos que eu respeito, derivados provavelmente do fato da dissolução da Câmara ou de não haver sido o país consultado sôbre nenhuma medida ou programa, V. Exa. não a aceitou, e se a tivesse aceito e quisesse realizar a profecia contida naquelas palavras eu talvez não pudesse ouvir ler a proposta, como esperava (não como deputado, mas como espectador) por achar-me ausente tratando de viver, — independente do Govêrno e dos interêsses coligados da escravidão —, no estrangeiro. Feitas porém estas duas reservas cada palavra daquele período exprime o que me parece ainda hoje ser o dever para com a pátria do homem que chegou nela à posição de influência, prestígio e ascendente moral, sem exemplo há longos anos, que V. Ex. ocupa.

Foi V. Ex. quem disse no Senado, como citei na minha petição de Londres à Câmara dos Deputados, em aparte a meu Pai na sessão de 13 de junho de 1873: « É a grande injustiça da lei, não ter cuidado das gerações atuais. » Essa frase impõe a V. Ex. o dever de reparar aquela injustiça e cuidar dessas gerações.

A questão da emancipação é para o Brasil uma questão de vida e morte. Vinte anos mais de escravidão serão a bancarrota

nacional em todos os sentidos. É preciso têmos fé na liberdade, na justiça, na dignidade humana, como meios de progresso. Compare V. Ex. os países sem escravos como o Chile e a República Argentina, relativamente à população e recursos, com o imenso colosso despovoado, desconhecido, — mais desconhecido do que a África —, apenas com uma estreita faixa de vida e civilização européia no litoral, que se chama Brasil. É a escravidão 'a causa principal do nosso atraso, nunca houve correntes de imigração para países de escravos, nunca houve indústrias em países de escravos, nunca houve instrução em países de escravos, nunca houve respeito à liberdade alheia em países de escravos na longa experiência da escravidão africana!

Os políticos que se contentam com tapar as fendas de um edifício carcomido, com aplicar aos males que se manifestam remédios de ocasião, com arrastar uma vida inglória de expedientes usados, e, como os mendigos, que em vez de curarem as suas chagas, esmolam mostrando-as e vivem delas, preferem interessar a simpatia pública expondo as úlceras do Estado a cicatrizá-las com dor ou amputar até as raízes da vida os membros afetados, êsses podem falar da escravidão como de um vício orgânico, ou constitucional, e dizer que é preciso deixar ao tempo em gerações sucessivas a tarefa de eliminá-la da natureza do país. Os estadistas de vistas largas porém hão de forçosamente reconhecer que cada ano de escravidão é uma enorme perda de atividade, imigração, indústria, coragem e experiência para o Brasil. Os Estados do Sul puderam suportar a escravidão pela força do seu organismo; o Brasil é fraco demais para a poder sofrer por mais tempo. Não é em mim uma cegueira incurável que me faz ver o futuro da nossa pátria se a escravidão continuar até ao termo da lei de 28 de setembro de 1871 — como um grande montão de trevas. Em vez de estarmos a endeusar essa lei onze anos depois da sua promulgação é preciso *revogá-la quanto antes*. Êsses ingênuos, escravos até aos vinte e um anos, e que hoje são judicialmente postos à venda ainda aos peitos das mães, essa estreita legislação sobre o pecúlio, essa venda de crianças de oito anos ao Estado por apólices de 600\$000, tudo isso precisa desaparecer para que possamos considerar a escravidão *como um todo* marchando para um fim próximo,

porque por enquanto as vagas deixadas nas fileiras dos escravos pela morte são ocupadas pelos *escravos-íngênuos*, como chamou-os o Visconde de Itaboraá.

Estude V. Ex. esse problema com o seu esclarecido senso prático e verá que a escravidão arruína o país como nenhum outro fato social podia arruiná-lo. Nem o despotismo político, como o de Napoleão III em França, nem o proteccionismo dos Estados Unidos — tão perfeitamente imitado entre nós, nem o curso forçado de um papel-moeda com desconto de 30% e mais, *nem mesmo a Inquisição*, podiam fazer, ou fazem, ao Brasil tão grande mal como o fato público e notório, universalmente conhecido, de que esse grande Império é ainda um mercado de escravos, de que nêle a terra está repartida entre ricos proprietários de homens e a escravidão é uma instituição radicada em tôdas as classes, nas leis como nos costumes, nos instintos como na língua, no caráter como no temperamento da nação.

Não falo, Snr. Conselheiro, aos seus sentimentos de brasileiro, cioso do renome da pátria, da dignidade da sua conduta, da honestidade dos seus meios de vida, de sua sensibilidade moral, sem esperança de vê-lo em breve assumir relativamente à escravidão a posição de ataque, a iniciativa do comando e a direção do movimento. É possível que eu me engane como me tenho enganado em tantas esperanças, mas eu creio firmemente *que V. Ex. pode hoje* no Brasil em favor dos escravos *o que ninguém pode*, e que, *podendo*, será grande a responsabilidade de V. Ex. perante a história se chegar à deliberação de que *não deve*. Sem dúvida não nos acharíamos logo de acôrdo, e um passo à frente dado por um homem como V. Ex. se fôsse insufficiente e curto podia ter o efeito, como teve a lei de 28 de setembro, de paralisar o movimento pròpriamente abolicionista por algum tempo — e por isso é muito possível que nos achemos mesmo divergentes se V. Ex. concluir por medidas que não modifiquem a escravidão desde logo e não lhe encurtem a duração tanto quanto é possível e necessário para a nova lei ser recebida pelos escravos como uma lei de emancipação, e não como uma lei para iludir-lhes a impaciência e mistificar o Brasil e o mundo. A minha esperança porém é que V. Ex. se decida por medidas completas, que ponham têrmo a todos os abusos e ilegalidades

da escravidão — e que marquem a esta um prazo muito curto. A proibição da venda de escravos seria um dos primeiros benefícios da lei.

O que escrevo a V. Ex. não é um conselho, é um apêlo. Se V. Ex. chegou a essa eminente posição política foi pela sua própria cabeça e por ela somente se há de governar até ao fim, e se tivesse que ouvir conselhos não seria de mim por certo. O apêlo porém que faço — fundado no juízo que tenho do estadista — não me parece indiscrição da minha parte, mas uma homenagem respeitosa. Desculpe-me pois V. Ex. a liberdade que tomei, e queira dar-me sempre as suas ordens para Londres.

Uma palavra mais. Sei que V. Ex. não é ministro, mas sei também que há pouco recusou formar novo ministério. Isto faz-me crer que na próxima sessão o Imperador não chamaria os Conservadores sem ouvi-lo mais uma vez, e no caso que V. Ex. organizasse um novo gabinete com uma lei de emancipação por programa e se seguisse a dissolução — a sua vitória eleitoral marcaria na história do Brasil o ponto de partida de uma vida nova e seria o dobre fúnebre da escravidão no país ou de mais de três séculos de crime sem reparação nem arrependimento. Lembre-se V. Ex. de que em Cuba a lei de 1870, igual à nossa de 1871, foi completada dez anos depois, em 1880, por outra, acabando a escravidão imediatamente como nome e de fato em sete anos — lei que tem funcionado muito bem na ilha e em pouco tempo ter-lhe-á varrido a escravidão da face. Quando mesmo, porém, V. Ex. não queira, e por isso não tenha que formar, um novo gabinete, a autoridade do seu prestígio é tal que se V. Ex. tomasse a si no Senado a causa da emancipação, a liberdade dos escravos que eu vejo muito longe, e o dia em que a lei brasileira há de condenar a escravidão, o qual também me parece muito distante, aproximar-se-iam de nós a ponto de podermos esperar que o primeiro aniversário secular da Revolução Francesa não fôsse celebrado no Brasil a face de milhares de escravos.

Desculpe-me, meu caro Conselheiro, um tão longo apêlo, e creia que o faço sem ter em vista interêsse algum senão o dos próprios escravos, cujo cativoiro brada aos céus contra o Brasil e os brasileiros e pode vir a ser para nós, pelas leis da justiça social, uma sentença expiatória como não tenha havido outra.

Aproveito esta ocasião para oferecer a V. Ex. os testemunhos do grande respeito que lhe voto e com o qual sou

de V. Ex.

Muito Obrigado Amigo e Menor Criado

JOAQUIM NABUCO.

### *Ao barão Homem de Melo*

*Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo exerceu no Império diversos cargos públicos entre os quais o de deputado, de presidente da província de São Paulo e de ministro do Império. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras. Nabuco fôra seu discípulo no Colégio Pedro II, onde Homem de Melo lecionava História, e conservaram-se amigos.*

Londres, 28 de novembro de 1882.

Meu caro barão Homem de Melo,

No princípio dêste ano tive o prazer de receber um cartão seu de « *bons anos* », e, se até hoje ainda não lhe escrevi, é que tenho tido todo o meu tempo nas vésperas dos vapores ocupado sempre.

Com a sua ausência do Parlamento nada tenho lido últimamente a seu respeito, mas estou certo de que aí está nessa lufalufa política, em que infelizmente se consomem e estragam tôdas as nossas melhores inteligências e capacidades.

Aqui estou (sempre às suas ordens) deseioso de voltar quanto antes para o Brasil. Se as circunstâncias me fôsem favoráveis e eu tivesse os meios para isso a minha única ambição seria fundar e dirigir no Brasil um jornal, não especulação industrial, mas sim uma verdadeira alavanca tanto para a remoção dos preconceitos, erros e abusos do passado, como para impelir o país na carreira do progresso, imposta à América do Sul sob pena de passar às mãos de outros possuidores em menos tempo